



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

1 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE 2 FRANCA – 01 DE ABRIL DE 2021.

3 Ao primeiro dia (1º) dia do mês de abril de dois mil e vinte e um (2021), às oito horas e dez minutos (8h10),
4 iniciou-se a terceira (3ª) Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Franca. Devido
5 a situação de emergência em saúde pública da Covid-19 a reunião aconteceu no formato virtual, na plataforma
6 de videoconferência da Prefeitura no link: <https://conferencia.franca.sp.gov.br/b/mar-fx9-wn9>, conforme
7 recomendações e orientações normativas. A reunião foi coordenada pelo presidente e representante titular da
8 sociedade civil, representando as Organizações de Trabalhadoras e Trabalhadores da Assistência Social, Senhor
9 Óiter Cassiano Marques. Estiveram presentes na reunião vinte e um (21) conselheiros(as), sendo onze (11) da
10 Sociedade Civil e dez (10) do Poder Público, com (as)os seguintes **Conselheiros(as) Titulares:** Clóves Plácido
11 Barbosa, Ernestina Maria de Assunção Cintra, Yheda Maria Lanes Gaioli, Óiter Cassiano Marques, Laura
12 Cristina Gomes Lima, Carlos Eduardo dos Santos, Maria Aparecida Morais Oliveira, Ana Paula Pinto Marafiga,
13 Jandira de Almeida Ramos, Jussara Barreto, Andréa Fernanda de Faria e Sousa, Susana Mendes de Carvalho,
14 Sílvia Helena Bertolino dos Santos e Leandro Ferreira. **Conselheiros(as) Suplentes na Titularidade:** Rute
15 Alves Silveira. **Conselheiros Suplentes:** Geraldine Garcia Fuga Menezes, Luzia Regina Alves, Wagner José de
16 Oliveira, Lais de Carvalho Souza, Irene da Conceição Silva e Iara Flávia Afonso Guimarães. A reunião contou
17 com a participação de diversos convidados da rede socioassistencial e outros. A pauta da reunião, após
18 aprovação, foi a seguinte: **1 – Ordem do dia:** – Chamada e Verificação de quorum; – Apresentação das
19 justificativas dos conselheiros ausentes. **2 – Aprovação da pauta.** **3. Assuntos – 3.1 – Apresentação e**
20 **Deliberação sobre Proposta da Gestão de alteração na reprogramação do Recurso da União – Bloco Proteção**
21 **Social Especial e do ACESSUAS.** **4. Informes – 4.1 – Live CNAS – sobre Orçamento e Financiamento da**
22 **Assistência Social – 08.04 – 9h – Youtube; 4.2 – Inserção do Parecer CMAS no sistema PMAS WEB – Estado**
23 **– Reprogramação de saldos.** O Presidente Óiter iniciou a reunião cumprimentando os presentes, dando as boas
24 vindas aos(as) convidados(as) e passou a palavra para a Secretária Executiva, Maria Amélia, que realizou a
25 chamada dos(as) conselheiros(as) anunciando o alcance do quórum, totalizando quinze (15) conselheiros(as)
26 titulares ou suplentes na titularidade. Em seguida foram apresentadas as justificativas de ausência dos(as)
27 seguintes conselheiros (as): Roberta Moraes Lucas, Valdety Souza Vilar Gilberto, Josiane Aparecida Antunes
28 Campos, Gisleide Branquinho Ramos, Karla Regina Messias Oliveira e Josiane Aline de Oliveira Freitas. Dando
29 sequência, a conselheira Jussara fez a leitura da pauta, que foi aprovada sem considerações e passou-se ao item
30 **3.1 – Apresentação e Deliberação sobre Proposta da Gestão de alteração na reprogramação do Recurso da**
31 **União – Bloco Proteção Social Especial e do ACESSUAS;** O presidente Óiter deu início ao assunto e passou a
32 palavra para Iara, conselheira e representante da Gestão. Iara contextualizou a temática lembrando que em
33 reunião anterior foi deliberado pelo colegiado a reprogramação de saldos da União, sendo uma das propostas de



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

aditar 20% das vagas do serviço de acolhimento de idosos em Instituições de Longa Permanência - ILPI. Disse que posteriormente foi realizada uma reunião com as entidades executoras e na reunião foi reforçado que o aditamento seria a partir de abril 2021, que não houvesse reforma ou ampliação do espaço para essa finalidade e que seria enviado email para confirmar qual Organização da Sociedade Civil - OSC teria disponibilidade de espaço físico e interesse, uma vez que não haveria reajuste no valor do piso praticado. Disse ainda que, conforme exposto pelas OSCs sobre a defasagem do piso atual, o Órgão Gestor se comprometeu em antecipar o Chamamento Público do serviço de acolhimento de idosos para o 2º semestre 2021. Assim, dentre as quatro Organizações executoras, apenas duas destas, confirmaram a possibilidade de acolher essas vagas em abril. O Lar São Vicente confirmou a capacidade de atendimento de oito (08) vagas e o Nosso Lar, dez (10). Disse que o posicionamento da Fundação Espirita Judas Iscaritotes-FEJI foi de que só teriam a possibilidade de atender após adequações no espaço, a partir de junho de 2021. Neste contexto a gestão reavaliou a situação e decidiu apresentar uma nova proposta ao colegiado. Pontuou que, enquanto Órgão Gestor, foi analisado o resultado do Programa Família de Origem de crianças e adolescentes, no qual observou-se um retorno positivo e visto que o acolhimento institucional deve ser considerado somente em última instância, priorizou-se olhar para esse programa com maior amplitude. Portanto, foi apresentada a proposta de aditamento de 18 vagas nos serviços de acolhimento, 20 vagas para o “Família de Origem” e o restante do recurso para repasse do pagamento da média e alta complexidade. Lembrou que essa proposta havia sido apresentado de última hora na reunião anterior e o colegiado solicitou que fosse realizada essa reunião extraordinária, para que houvesse tempo de análise. Retomou então que o valor total do recurso para reprogramação é de R\$ 885.832,20 (oitocentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e trinta e dois reais e vinte centavos), com aditamento para as instituições que manifestaram condições de atendimento (Nosso Lar e São Vicente de Paula) no valor de R\$ 265.749,66 (duzentos e sessenta e cinco mil, setecentos e quarenta e nove reais e sessenta e seis centavos); R\$ 414.859,50 (quatrocentos e quatorze mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) para repasse do pagamento da média e alta complexidade, considerando o deficit de repasse do governo federal, que têm depositado apenas 40% do previsto; e R\$ 205.223,04 (duzentos e cinco mil, duzentos e vinte e três reais e quatro centavos) para atendimento de 20 idosos por meio do Programa Família de Origem, com o repasse per capta de R\$ 1.101,26 (mil cento e um reais e vinte e seis centavos). Maria Amélia fez a leitura dos documentos referentes ao assunto, sendo os ofícios enviados pela FEJI – um constando a possibilidade de atendimento dos idosos a partir de junho, após reestruturação do espaço, direcionado a SEDAS – bem como a troca de e-mails entre a instituição e a gestão, e o ofício direcionado ao CMAS, constando o levantamento de demanda para o serviço de acolhimento institucional para pessoas idosas no período de 2017 a 2021. O presidente Óiter pontuou a diferença de 42 pessoas que seriam atendidas nos serviços de acolhimento de idosos, na proposta anterior, e questionou se o recurso per capta do Programa Família de Origem será suficiente para o cuidado do idoso, considerando que as



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

67 pessoas que se enquadram no grau III exigem maior atenção. Dito isso, o presidente passou a palavra para o
68 conselheiro e presidente da FEJI, Clóves, a fim de manifestar o seu posicionamento. Clóves explicitou que
69 estranhou o posicionamento da SEDAS, uma vez que haviam instruído a suspensão de visitas e acolhidas e agora
70 solicitaram a inclusão de 60 idosos no período de duas quinzenas, sem readequação do espaço. Disse que a
71 função da entidade é acolher quem precisa e a FEJI fará a readequação do espaço independente de parcerias.
72 Pontuou ainda que compreende a importância do Programa Família de Origem, embora entenda que o valor per
73 capta do programa é insuficiente. Disse que é favorável que se crie esse serviço, pois os lares são
74 complementares às famílias que não tem condição de assistir o idoso em casa, ainda porque a maioria do público
75 que está em fila de espera é de grau II e III e muitos idosos não têm sequer a família de origem, assim sendo
76 propôs a permanência da resolução anterior e discutir futuramente o “Família de Origem” com readequação no
77 valor. Presente na reunião, o Dr. Adriano, advogado da FEJI, pediu o uso da palavra e expressou que dentro da
78 contextualização posta pela Sr^a. Iara, as quatro ILPIs solicitam desde 2019 o aditamento para a administração
79 pública da SEDAS, não é algo novo, foi demonstrado a importância e o CMAS deliberou favoravelmente em
80 função de uma aproximação maior entre as parcerias. Pontuou ainda que receber 34 pessoas em 15 dias, sem pré
81 organização do espaço é praticamente impossível. Quanto aos e-mails, destacou que houve uma conversa prévia
82 e o mínimo que a instituição esperava era de receber uma resposta da SEDAS citando a urgência do início da
83 acolhida em abril, para que assim pudessem fazer os esforços necessários, mas o que ocorreu foi a alteração da
84 proposta apresentada na última reunião do Conselho. Disse reconhecer, tal como o Sr. Clóves e o Presidente
85 Óiter, que o valor do Programa Família de Origem tem que ser repensado em conjunto, visando a importância
86 deste. Ponderou que se a gestão entende que esse valor é suficiente, nada impede o atendimento dos idosos pela
87 FEJI a partir de junho, visto que o custo de junho a dezembro seria de 390 mil reais, que está abaixo do valor
88 destinado à média e alta complexidade e com o valor restante poderia manter algumas vagas do Programa
89 Família de Origem. Porém se a exigência for do atendimento a partir de abril, a instituição explicitou que tem a
90 disponibilidade. Por meio do chat, Cidinha comentou que os repasses da União não estão sendo feitos desde o
91 ano passado e o Dr. Adriano respondeu que dentro dessa circunstância o dinheiro pode ser guardado no caixa da
92 prefeitura para suprir os repasses que não estão sendo feitos ou a gestão pode optar por aplicá-lo para reduzir a
93 fila de espera desses idosos. O presidente Óiter expôs que acredita que uma ILPI teria mais condição de atender
94 esses idosos diante de suas demandas, mas que entende a colocação da Sr.^a Iara fez do retorno positivo desse
95 Programa e o investimento no mesmo. A conselheira Tina explicitou que essa é uma situação complexa pois trata
96 sobre ausência de vagas, não só no serviço de acolhimento ao idoso, como também em outros serviços, e a
97 demanda reprimida não é de agora, questão que a gestão precisará enfrentar, bem como sobre a defasagem de
98 pisos. Em relação a proposta disposta do Programa Família de Origem, pensando na Política de Assistência
99 Social, seja básica ou média complexidade, o trabalho é em função de evitar o acolhimento institucional, por isso



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

100 enxerga esse programa com bons olhos e aprecia a ideia, uma vez que a assistência visa manter o vínculo do
101 usuário com sua família. Em relação ao valor per capita deste Programa, entende que o mesmo é baixo e a família
102 pode não conseguir custear um cuidador, entretanto vai apoiar os custos para o cuidado desse idoso. Disse ainda
103 que a gestão precisa refletir com urgência sobre a questão de ampliação de vagas e atender a demanda reprimida,
104 assim como pensar na melhoria dos pisos porque o valor pago no acolhimento de idosos está em deficit. Alguns
105 conselheiros fizeram algumas considerações pelo chat: Cidinha pontuou que as 04 OSCs foram consultadas no
106 sentido de atendimento imediato e mediante resposta negativa de dois serviços a gestão pensou em alternativas
107 para o acolhimento; Éder destacou que o repasse do recurso do Programa “Família de Origem” se configura
108 enquanto fator protetivo a favor da família e principalmente do próprio usuário, evitando que este seja acolhido,
109 e propiciando reintegrações e outras possibilidades de cuidado; a conselheira Andréa ressaltou que esse apoio
110 para a família cuidar do idoso em casa é um avanço para o município, até porque muitas famílias cuidam dos
111 seus idosos em casa, sem este recurso adicional. A conselheira Laura questionou se as vagas para o “Família de
112 Origem” já iniciariam a oferta no mês de abril, sendo confirmado pela Equipe Gestora. A assistente social,
113 Roberta, pediu o uso da palavra e explicitou que participou da elaboração da lei do Benefício Temporário de
114 Transferência de Renda às Famílias de Origem, Natural, Extensa – “Programa Família de Origem” e do processo
115 de implementação do programa, e elucidou que o objetivo do programa e o valor disposto é para apoiar a família
116 nos cuidados desse idoso. O grau III que é de difícil inserção nos acolhimentos, vai ser muito bem atendido e vai
117 representar um impacto de dignidade, tal como foi o impacto do BPC, por isso, enquanto representante do Setor
118 de Apoio dos Serviços do SUAS, disse que acredita no impacto positivo desse programa. Óiter fez a leitura de
119 um artigo do Estatuto do Idoso frisando a responsabilidade da família, e a importância de um recurso suficiente
120 para a família. Expôs que essa proposta é um avanço e sua única preocupação é em relação à quantia proposta.
121 A conselheira Luzia demonstrou ser favorável à proposta do Programa Família de Origem e sugeriu uma
122 avaliação após 3 meses e obteve a concordância de outros conselheiros nesta sugestão. O senhor Adriano,
123 reforçou a sua proposta pontuando que com a proposta da gestão o conselho aprovará o recurso de 414 mil reais
124 para ficar no caixa da prefeitura, por isso a proposta da FEJI é atender o programa e o atendimento de mais 34
125 pessoas pela instituição a partir de junho. Tina salientou que esse recurso de 414mil é para repasse para média e
126 alta complexidade dos serviços que já funcionam, uma vez que o governo federal reduziu o repasse desde o ano
127 passado. Pontuou que se esse valor for repassado a novos serviços, os que existem vão parar de receber, ou seja,
128 esse recurso não ficará no caixa da Secretaria ou no Fundo, e sim para manter a atividade dos serviços existentes.
129 Com indignação explicitou que a Comissão de Orçamento tem acompanhado o processo e notou-se que o
130 governo federal corta os recursos ordinários e repassa recursos extraordinários de forma distribuída como se
131 fosse uma vantagem, por isso se dispuser desse valor para novos serviços será um problema grave, visto que os
132 existentes ficariam sem subsídios. Após leitura dos comentários e de todas as manifestações no chat, o



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

133 Presidente Óiter abriu regime de votação, onde Maria Amélia fez a chamada nominal e os conselheiros
134 dispuseram do posicionamento. Tina, utilizou do espaço onde explicitou seu voto na proposta da gestão, porém
135 fez um apelo para que olhem para os recursos que são destinados para atendimento do idoso e outros que estão
136 defasados, e que no novo chamamento seja previsto a ampliação das vagas para quem necessitar destacando a
137 importância da gestão pensar em estratégias de enfrentamento a demanda reprimida, seja no acolhimento
138 institucional ou na família de origem. Finalizada a votação, Maria Amélia declarou o resultado sendo onze (11)
139 votos para a proposta da gestão, três (3) votos para a proposta da FEJI e o presidente se absteve de votar,
140 portanto, o colegiado aprovou a proposta apresentada pelo órgão gestor. Passando para o próximo item, referente
141 ao ACESSUAS, a conselheira e Diretora da Proteção Social Básica, Ana Paula, explicou que a proposta de
142 reprogramação apresentada inicialmente ao conselho definia 40 mil reais para aquisição de vales-transporte, com
143 intuito de garantir o acessos das pessoas aos cursos. Entretanto em uma reunião com a equipe da DRADS e
144 SEDS, responsável pelo ACESSUAS do Estado, foi orientado que esses recurso deve ser aplicado em atividades
145 e oficinas. Portanto, a nova proposta é de realizar oficinas no SENAC, sendo 5 grupos com atendimento de 150
146 participantes. Após questionamento, Ana Paula explicitou que ainda estão no processo de formatação das
147 oficinas, mas a ideia é abarcar o público atendido nos serviços e CRAS, com foco a jovens de 18 a 24 anos que
148 estão fora do mercado de trabalho, mulheres que vivem ou vivenciaram situações de violência e nunca estiveram
149 no mercado de trabalho e querem ingressar, o público que foi impactado pela pandemia, pensando que Franca é
150 um município industrial e muitas pessoas terão que mudar de profissão por conta do fechamento de fábricas, e
151 pessoas de 40 a 60 anos. Tina perguntou se é realizada uma avaliação sobre as oficinas que ocorreram
152 anteriormente com o SENAC. Ana Paula respondeu que existem avaliações positivas e negativas, a ideia é
153 ajustar as ideias com a equipe do SENAC, de acordo com a realidade do público da Assistência, como realização
154 de atividades 100% presenciais. E dessa forma o colegiado deliberou a favor da proposta da gestão. Passando
155 aos informes, Maria Amélia explicou que o item **4.1 – Live CNAS – sobre Orçamento e Financiamento da**
156 **Assistência Social – 08.04 – 9h – Youtube;** faz referência a uma *live* que o Conselho Nacional de Assistência
157 Social realizará pela plataforma do *YouTube*, no dia 8 de abril às 9h e disse ser de grande importância que os
158 conselheiros assistam pois tratará de orçamento, sendo este um assunto complexo do qual o colegiado precisa se
159 apropriar. Passando ao próximo item **4.2 – Inserção do Parecer CMAS no sistema PMAS WEB – Estado –**
160 **Reprogramação de saldos;** Maria Amélia informou que o parecer do colegiado sobre a reprogramação de saldos
161 será inserido no sistema PMAS WEB. O presidente Óiter agradeceu a participação de todos e nada mais havendo
162 a ser tratado, a reunião foi encerrada às nove horas e quarenta e cinco minutos (09h45), tendo sido gravada e o
163 vídeo ficará disponível para consulta dos conselheiros que solicitarem. Eu, Maria Amélia Facioli Vergara,
164 secretária-executiva deste CMAS, lavrei a presente ata, que uma vez lida e aprovada será anexada a lista de
165 presença.